



Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA)

Traditional Communities and Labour Unions in conflict with State and capital in Barcarena (PA)

Marcel Theodoor HAZEU*

Solange Gayoso da COSTA**

Nádia Socorro FIALHO NASCIMENTO***

Resumo: Neste artigo apresenta-se o processo histórico de organização e resistência de comunidades tradicionais e de trabalhadores residentes no município de Barcarena (PA) frente à violação de seus direitos decorrentes da implantação de complexo industrial-portuário-urbanístico, iniciado na década de 1980, pelo Estado no exercício de ação funcional à territorialização do capital na região. Como metodologia adotou-se a revisão bibliográfica e observação participante durante as audiências públicas que ocorreram nos anos 2017 e 2018 em processos de licenciamento e desastres ambientais. Conclui-se que, no contexto da reestruturação produtiva, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores e suas contradições possibilitaram forjar uma organização social e política que fortalece a resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Sindicatos. Conflitos Socioambientais. Amazônia.

Abstract: This article presents the historical process of the organisation and resistance of traditional communities and workers residing in the city of Barcarena (PA) in the face of the violation of their rights, starting in the 1980's, that arose from the implantation of an industrial-port-urban complex by the State in the exercising of its function to territorialise capital in the region. The methodologies adopted were a bibliographic review and participative observation during the public hearings that took place on legal actions on licensing and environmental disasters in 2017 and 2018. It concludes that, in the context of the restructuring of production, the protagonism of traditional communities and workers and their contradictions made it possible to forge a social and political organisation that strengthened the resistance to the advance of "big capital" in Amazonia.

Keywords: Traditional Communities. Unions. Socio-environmental conflicts. Amazonia.

Submetido em: 10/12/2018. Revisado em: 16/1/2018. Aceito em: 12/02/2019.

* Cientista Ambiental. Doutor em Ciências Socioambientais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Rua Augusto, 1, Guamá, Belém (PA), CEP.: 66075-110. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0003-4106-0678>>. E-mail: <celzeu@gmail.com>.

** Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Adjunto IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Rua Augusto, 1, Guamá, Belém (PA), CEP.: 66075-110. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-5542-3663>>. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

*** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada II da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Rua Augusto, 1, Guamá, Belém (PA), CEP.: 66075-110. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-9680-7006>>. E-mail: <fialhoppgss@gmail.com>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

1 Introdução

O sistema que articula todas as economias, modos de produção e sociedades em torno da acumulação do capital tem marcado presença na Amazônia brasileira por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) e da superexploração do trabalho e bens naturais. O Estado brasileiro, por meio de suas instituições e políticas públicas historicamente atuou para garantir a expansão e o funcionamento da economia capitalista dentro do sistema mundial e, ao mesmo tempo, para ampliação do seu controle sobre o território. Este Estado é funcional ao capital e opera “[...] para proporcionar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista [...]” (NETTO, 2009, p. 27), mas tem uma lógica e dinâmica própria de manutenção de seu poder e hegemonia por meio do controle sobre o território, aliando-se de forma estratégica ao capital.

Os territórios em disputa no contexto da acumulação por espoliação fazem parte, para Harvey (2005) do “[...] projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares [...]” (HARVEY, 2005, p. 31) ao mesmo tempo “[...] dentro da lógica da acumulação capitalista do controle territorial (que pode ou não envolver a apropriação e a administração concretas de território), considerado um meio necessário da acumulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 36). A defesa do território, portanto, é uma estratégia de resistência, inclusive de caráter epistemológico, no qual o significado de território se opõe à lógica do capital, onde um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2004) e “[...] a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo” (LITTLE, 2004, p. 255).

Esta aliança de interesses, entre capital e Estado, tem se traduzido em planos de desenvolvimento e políticas econômicas que visaram ampliar o controle do Estado sobre o território amazônico e facilitar o avanço do capital. Para o desenvolvimento regional o Estado brasileiro, atrai “[...] investimentos, investindo onde o capital não tinha condições ou não se interessava, organizando o mercado da força de trabalho, construindo o aparato burocrático institucional ao desenvolvimentismo etc.” (MARQUES, 2007, p. 310).

Dentre os estados que compõem esta região destaca-se o Pará, lócus da acumulação de capital pela via da instalação de empreendimentos de infraestrutura e logística, agronegócio e mineração, todos eles provocando conflitos socioambientais e territoriais envolvendo populações tradicionais e trabalhadores/trabalhadoras, desde a sua fase de instalação até a sua operacionalização plena e ampliação.

No estado do Pará destaca-se o município de Barcarena onde o capitalismo de fronteira por meio da atuação das empresas capitalistas com o apoio do Estado, tem provocado desastres ambientais e sociais desde a implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico da Albras/Alunorte, ainda na década de 1980. De 2000 a 2018 foram identificados vinte e quatro desastres ambientais em Barcarena, envolvendo naufrágios de navios de carga, derramamento de lama vermelha, de caulim, de óleo, de soja além da contaminação das águas, da terra e do ar. Estes processos trouxeram consequências gravíssimas, muitas vezes irreversíveis e

definitivas na vida da população e do meio ambiente. Além dos efeitos da poluição, as comunidades tradicionais sofrem ações de deslocamento compulsório. Os dados levantados por Hazeu (2015) indicam que 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas) experimentaram deslocamentos forçados dos seus lugares de moradia. Ao mesmo tempo, os(as) trabalhadores/trabalhadoras vinculados(as) ao complexo industrial-portuário-urbanístico de Bacarena sofrem as consequências da terceirização, longas jornadas laborais e a exposição permanente a produtos tóxicos e acidentes de trabalho.

Nesse contexto de desestruturação da vida social causada pelos desastres socioambientais e laborais, a resistência, construída no cotidiano e tornada pública em momentos decisivos ao enfrentamento do capital, mostrou-se forte e importante à manutenção dos modos de vida e da saúde dos moradores/moradoras e trabalhadores/trabalhadoras. Uma resistência que se constrói primeiro no cotidiano, conforme Scott (2013), nos pequenos atos de desobediência, de contradiscursos, e recusas públicas dos empreendimentos que coloquem em risco o modo de vida local, até alguns se tornarem movimentos de resistência.

Este artigo traz uma reflexão sobre a organização das comunidades tradicionais e dos trabalhadores das empresas minero-metalúrgicas frente às ofensivas do grande capital e dos órgãos do Estado no município de Bacarena, evidenciando as contradições que se apresentaram nesse processo de estruturação dos movimentos sociais. O texto é baseado em estudo documental, bibliográfico e observação participante durante as audiências públicas que ocorreram nos anos 2017 e 2018 em relação ao processo de licenciamento ambiental da empresa portuária Cevital ao desastre ambiental provocado pela empresa de produção de alumina e alumínio, Hydro.¹

2 Resistência e lutas sociais no município de Bacarena

A partir de meados da década de 1960 as mobilizações sociais organizadas em movimentos intensificaram-se pela Europa, Estados Unidos e América Latina, fazendo surgir, muito especialmente após 1968, os chamados *novos movimentos sociais*. Do questionamento da ordem social, estes movimentos colocaram-se, a partir da década de 1970 e início de 1980, no enfrentamento dos regimes ditatoriais, tanto na América Latina quanto na Europa oriental. Surgem fora do âmbito dos partidos políticos, tornando-se protagonistas na luta por direitos e justiça social; identifica-se também, o surgimento de uma diversidade de formas de lutas na cena pública, organizados em grupos sociais denominados ou autodenominados povos originários ou “[...] povos/comunidades tradicionais²” (BRASIL, 2007).

No Brasil, especialmente na Amazônia, Almeida (2004) identifica a existência desse processo desde meados de 1988 a partir da aglutinação de grupos sociais diferenciados, que têm se

¹ Audiência Pública 26.10.2017 – Licenciamento Ambiental empresa Cevital Internacional do Brasil; Audiência Pública – 16.10.2018 Termo de Ajustamento de Conduta - TACHydro Alunorte.

² O Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais, como “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, não paginado).

organizado em *unidades de mobilização*³ em todo o país, com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais unidades de mobilização se compõem a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “[...] domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica” (ALMEIDA, 2004, p. 23 -24).

Harvey (2005), ao refletir sobre o processo de resistência ao capital, enfatiza que a *acumulação por espoliação* provoca dois tipos de resistência: a histórica luta de classe dos trabalhadores e das trabalhadoras a partir de entidades sindicais e organização em partidos políticos, lutando por emprego, condições de trabalho e salário e em última instância pela propriedade coletiva dos meios de produção; e a luta contra a expropriação⁴ dos territórios, da devastação da natureza e do impedimento da reprodução social de outros modos de vida, a partir de comunidades tradicionais e povos indígenas, movimentos ecológicos e de reforma urbana, lutando por territórios e modos de vida não pautada nos modos de produção capitalista.

É nesse contexto geral que podemos falar da mobilização e organização das lutas sociais em Barcarena, de sua história de enfrentamento contra os efeitos da implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico na vida cotidiana das comunidades tradicionais e dos trabalhadores migrantes e não migrantes. São lutas anticapitalistas na sua essência, as quais enfrentam o Estado e o capital como expressões deste sistema. Tal mobilização e organização de lutas sociais estão intrinsecamente ligadas aos impactos socioambientais e sofrimento humano vivenciado pelas comunidades tradicionais e trabalhadores, como resultado do processo de acumulação por espoliação protagonizado pelas grandes empresas – com apoio do Estado – que, ao invadir a vida das populações provocaram mudanças no modo de (re)produção e de trabalho e nas formas de relações sociais que prevaleciam nas comunidades (PALHETA, 2005).

O processo pode ser percebido tomando como referência as mudanças significativas na organização do território e nas estratégias de luta protagonizadas pelas comunidades tradicionais e trabalhadores/trabalhadoras. Para efeito de melhor análise dos processos de mobilização e resistência, identificamos quatro momentos dessas mudanças significativas. O primeiro com a implantação das empresas Albras e Alunorte, do Porto de Vila do Conde e núcleo urbano de Vila dos Cabanos, nas décadas de 1970 e 1980, quando tanto sindicatos quanto novos movimentos sociais como grupos de resistência ligados à defesa de território, nasceram. Foi o momento das desapropriações dos sítios⁵ localizados nas áreas onde as empresas seriam instaladas, de atuação direta das empresas na organização comunitária e das grandes manifestações e protestos por melhores condições de trabalho e moradia dos trabalhadores contratados para a construção do complexo industrial-portuário-urbanístico.

³ Unidades de mobilização, segundo Almeida (2006) referem-se “[...] à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios” (ALMEIDA, 2006, p. 25).

⁴ “Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’” (HARVEY, 2005, p. 130).

⁵ Termo usado pelos moradores locais para denominar suas áreas de moradia, quintais com árvores frutíferas, floresta originária e roça, geralmente localizados às margens de rios e igarapés.

O segundo abrange o período da reorganização do distrito industrial, nas décadas de 1990, 2000 e primeiros anos da década de 2010, visando à instalação de novas empresas, com novas formas de organização do trabalho nas empresas (terceirização, subcontratação, qualidade total...) e transformações na direção e política dos sindicatos, numa época que Antunes e Praun (2015) identificam como a vitória do neoliberalismo no Brasil na qual se desenvolve o processo de reestruturação produtiva: “Um processo desencadeado em meio a condições de exploração particulares e articuladoras de elementos herdeiros do fordismo [...] aos novos mecanismos, próprios das formas de acumulação flexível⁶” (p. 409).

A instalação das empresas gerou grandes desastres ambientais e, ao mesmo tempo, aumento da consciência ambiental por parte da população e trabalhadores, fortalecendo movimentos de moradores locais que incluíram, além da luta pelo território, o discurso e foco no meio ambiente.

O terceiro momento, do final da década 2000 à metade da década 2010, refere-se à retomada dos territórios⁷ e pela maior organização dos povos tradicionais na defesa de seus direitos e a judicialização dos conflitos, na qual não somente a relação concreta com a terra e a defesa de posse e permanência estavam no foco, mas se acrescentou o elemento identidade tradicional. Neste período alguns sindicatos retomaram uma posição mais combativa e ao mesmo tempo ampliaram o diálogo com as comunidades tradicionais e suas lutas.

O quarto momento – em período mais recente – é caracterizado pelo enfrentamento direto às empresas do complexo industrial-portuário-urbanístico pelas comunidades tradicionais e o tensionamento entre as pautas do sindicato e das comunidades tradicionais.

2.1 As primeiras mobilizações pós-implantação do complexo industrial-portuário-urbanístico

A partir da década 1970, com as grandes transformações no território de Bacarena, em função da implementação do complexo portuário-industrial-logístico e urbanístico, nasceram novas formas e lógicas de organização da resistência. A formação dessas organizações ocorreu dentro de um campo de forças envolvendo agentes com interesses e estratégias muito diversas. O Estado (militar) atuou na Amazônia a partir de uma política desenvolvimentista autoritária (elaborada em planos de desenvolvimento), com investimentos na “[...]”

⁶ “A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2014, p. 140).

⁷ Neste artigo nos apoiamos nos conceitos de Maurice Godelier que designa por território “[...] uma porção da natureza e, portanto, do espaço, sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar [...]” (GODELIER, 1984, p. 112) ou a “[...] porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” (GODELIER, 1984, p. 114). Little (2004) apoiado em Casimir (1992) entende que a territorialidade se constitui como uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Para este autor, o entendimento de que qualquer território é um produto histórico o qual surge diretamente das condutas de territorialidade de um determinado grupo social.

industrialização da selva [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 33) desconsiderando os modos de vida das comunidades tradicionais, muitas das vezes entendidas como obstáculos à instalação e à ampliação de atividades econômicas como a exploração madeireira, agropecuária e mineração.

Durante o Governo Militar, a aliança do capital com o Estado se materializou em Barcarena como parte da política de desenvolvimento para a Amazônia, que seguiram à criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia da década 1950, como a Operação Amazônia, planos da SUDAM, Programa Grande Carajás, os Planos de Integração Nacional, Planos de Desenvolvimento da Amazônia etc. (MAHAR, 1978). Em Barcarena foram criadas companhias de desenvolvimento na esfera estadual e federal, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará⁸ e a Companhia do Desenvolvimento de Barcarena que coordenaram a implantação e funcionamento das indústrias e portos, e assumindo a negociação e pressão junto às comunidades. Os portos foram incorporados e administrados pelo Estado e as empresas que se instalaram eram formadas por multinacionais e por estatais (Vale do Rio Doce).

A regularização fundiária foi imposta para poder desapropriar os territórios dos moradores tradicionais e estimulou-se a organização de associações de moradores para facilitar o controle sobre as comunidades. O Estado criou vários mecanismos jurídicos para equacionar a problemática da desapropriação: nas terras devolutas promoveu a regularização fundiária, titulando-as para, posteriormente, proceder com a desapropriação (TOURINHO, 1991 apud MAIA, 2017). Para isso, criou uma força tarefa com participação do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) que fez o levantamento dos sítios produzindo mapas nos quais desenhava os lotes com os nomes de seus proprietários (MAIA, 2017).

Na década de 1970 a organização social nas comunidades em Barcarena limitava-se a relações familiares e territoriais com atividades coletivas e participação em igrejas. Segundo Maia e Moura (1995) estas organizações sociais não se constituíram como movimentos sociais ou associações. Isto mudou no início da década de 1980, ainda em plena ditadura militar, pela implantação das obras de construção do complexo industrial-portuário-urbanístico, quando mais de 500 famílias foram forçadas a sair dos seus territórios, perdendo os laços da organização comunitária e sendo deslocadas para outros locais de moradia.

Essa situação levou a uma reação daqueles moradores tradicionais com a fundação, em 1984, da Associação dos Desapropriados de Barcarena que, junto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barcarena, atuou para renegociar os termos de desapropriação “[...] com o objetivo principal de recuperar o valor justo de suas benfeitorias, congregar os expropriados e repassar as experiências para outros moradores que se sentem ameaçados por novas invasões nos sítios existentes no município” (PALHETA, 2005, p. 55).

Nos novos lugares para onde as pessoas eram deslocadas, como os bairros de Laranjal e Vila Nova, os moradores formaram centros comunitários, enquanto o mesmo acontecia em comunidades ameaçadas com desapropriações forçadas, como a comunidade São Lourenço

⁸ Hoje denominada Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC).

(HAZEU, 2015). Os primeiros movimentos sociais em Bacarena, portanto, nasceram do embate com o Estado na luta contra as ações de desterritorialização da população para a territorialização do complexo industrial-portuário-urbanístico da Albras/Alunorte. Palheta (2005) e Maia e Moura (1995) concluem em seus estudos que, nesse período, a principal estratégia adotada pelas empresas foi de interferência e controle das associações comunitárias, por meio da oferta de serviços, projetos e favores e até fundando centros comunitários e garantindo a sua manutenção.

Paralelo ao processo de desapropriação das terras das comunidades tradicionais para instalação das empresas, chegou ao município um grande número de trabalhadores para a construção do complexo industrial-portuário-urbanístico. Estes trabalhadores formaram uma associação que se transformou posteriormente em sindicato. Na fábrica de alumínio Albras, inaugurada em 1985, os trabalhadores eram ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos (SIMETAL), inserindo-se no novo sindicalismo, vinculado naquele momento à Central Única de Trabalhadores (CUT) fundada em 1983. Sob o comando do SIMETAL com uma diretoria comprometida com o que “[...] de mais avançado havia no sindicalismo brasileiro” (SANTIAGO, 2007, p. 228), iniciaram-se greves maciças por melhores salários e condições de trabalho.

2.2 Reorganização do distrito industrial

Nos anos 1990, com a chegada das novas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, a comunidade tradicional Montanha, situada às margens do rio Pará, foi alvo da ação das empresas e do próprio Estado para forçar o remanejamento das famílias. Sabendo dos resultados da implantação do complexo Albras/Alunorte no município de Bacarena com a expropriação da terra de cerca de quinhentas famílias, a comunidade da Montanha mobilizou-se. Contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, de um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Pará e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bacarena, teve início um longo processo de negociações por meio do qual a comunidade da Montanha resistiu, especialmente à negociação de forma isolada proposta pelas empresas (NASCIMENTO, 1999; CARMO, 2010; HAZEU, 2015).

Com esta negociação de forma coletiva alcançaram a assinatura de um termo de compromisso entre a comunidade, as empresas e o Estado. Este termo continha parte de suas reivindicações, com destaque para a possibilidade de escolha do local para onde desejavam ser remanejadas garantindo assim, minimamente, a reprodução das suas condições de vida. Pelos laços de parentesco as famílias da Montanha escolheram ser reassentadas na área da comunidade denominada Curuperé e criando, assim, uma comunidade denominada Nova Canaã, numa menção à terra bíblica. Em 1991 organizaram-se na Associação dos Trabalhadores Rurais de Curuperé e, embora sua experiência de resistência tenha se tornado referência às comunidades próximas, a restrição às suas práticas de subsistência inviabilizou a permanência no local e parte das famílias foi forçada a um novo deslocamento para outras áreas, onde criou a comunidade Nova Vida (NASCIMENTO, 1999; CARMO, 2010; HAZEU, 2015).

Nesse período ocorreram também mudanças na atuação sindical. O Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará vinha passando na década 1990 por uma transformação de rumo. A linha aguerrida do primeiro momento foi substituída, pouco a pouco, por uma linha

da negociação com a empresa, a tal ponto de se transformar em um “[...] sindicalismo de resultados, com a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena, ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical” (SANTIAGO, 2007, p. 231). No processo de divergência da atuação e rumos tomados pelo sindicato, um grupo de trabalhadores formou o Sindicato dos Químicos de Barcarena, em 1998, ligado à CUT e que teve o apoio de vários sindicatos estaduais. Este sindicato representa os trabalhadores da fábrica de alumina, Alunorte.

Devido à força política dos sindicatos evidenciados nas décadas 1980 e 1990, estes se tornaram alvo de forças conservadoras (Força Sindical) e sofreram com interferências diretas por parte das empresas, influenciando nas eleições e nas decisões internas. Os sindicatos naquele período, além de representar os interesses dos trabalhadores, em muitas ocasiões, foram solidários e atuaram junto com as associações de moradores e comunidades tradicionais assumindo conjuntamente a pauta pela redistribuição de recursos, na defesa do território das comunidades.

No fim dos anos 2000 e nos primeiros anos da década 2010 um novo espaço de resistência se constituiu em Barcarena, caracterizado por uma experiência de formação de lideranças de comunidades, movimentos e ONG combinado com um diálogo institucionalizado entre empresas, poder público e sociedade civil. Depois de (mais) um desastre socioambiental provocado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim S. A., o Ministério Público Estadual (MPE) convidou, em 2008, no âmbito de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o Instituto Internacional de Educação no Brasil para apresentar um Projeto de Fortalecimento Institucional. Durante oito anos foram realizadas atividades de que visavam um fortalecimento da sociedade civil e a formação de um Fórum Intersetorial de Diálogo com representantes de empresas privadas, organizações da sociedade civil e diferentes esferas de governo. O fortalecimento foi estruturado em torno de processos formativos, com oficinas e cursos temáticos, diagnóstico sobre a situação legal das organizações da sociedade civil e levantamentos e mapeamentos (MORAES; FERREIRA NETO; SILVA, 2013). A experiência do Fórum Intersetorial trouxe ganhos significativos na formação e capacitação de lideranças e representantes da sociedade civil (comunidades, associações, sindicatos, movimentos) e possibilitou uma aproximação e articulação entre as diferentes comunidades e pessoas.

A estratégia de diálogo para mediar conflitos socioambientais e territoriais entre interesses antagônicos parecia uma proposta de pacificação de forças desiguais, tanto para garantir certos benefícios às comunidades quanto para garantir a continuidade da produção industrial e a ampliação do modelo desenvolvimentista capitalista no município. Entretanto, novos conflitos têm indicado que nem a articulação das lutas entre entidades sindicais com os movimentos tradicionais, nem a mediação de ONG nos conflitos entre o capital e as comunidades tradicionais tem diminuído os problemas e conflitos socioambientais, ao contrário, parece haver um agravamento da situação.

Uma das disputas mais emblemáticas ocorreu nas décadas 2000 e 2010 no chamado Distrito Industrial, criado para instalação de novas empresas e onde ainda permanecem mais de 1500

famílias, ameaçadas por novos empreendimentos⁹ e sofrendo com a poluição. Esta situação de permanente ameaça, poluição e deslocamentos levaram à formação de um grupo de trabalho com algumas lideranças e fortes divergências dentro das comunidades e até entre as famílias sobre os rumos e formas de luta, entre lutar por permanecer na área com garantia de direitos e enfrentar as empresas ou por indenizações justas e reassentamentos negociados.

2.3 Retomada dos territórios tradicionais

No processo de enfrentamento das violações dos direitos humanos, das famílias e trabalhadores, observam-se momentos diferenciados de organização da resistência em que os agentes vão compondo velhas e novas estratégias de organização política e articulação de outros agentes sociais no apoio à sua luta, alternando momentos de evidência protagonista de um determinado grupo social, com outros momentos de aglutinação de vários grupos em ações específicas. Convém lembrar Cruz (2013), quando chama atenção que esses movimentos colocam na pauta social uma ideia de “[...] cidadania e justiça que seja capaz, simultaneamente, de pautar-se na igualdade e na valorização das diferenças [...]” (CRUZ, 2013, p. 127), lutando por uma melhor distribuição material dos recursos e também por demandas de reconhecimento – como é o caso da luta protagonizada pelas comunidades tradicionais que começam a retomar os territórios donde foram expulsos e que não foram ocupados e cercados por fábricas ou portos.

Na década de 2010, a partir da primeira experiência de luta e conquista da comunidade quilombola Burajuba, as comunidades quilombolas iniciaram uma organização de forma articulada para lutar pelo reconhecimento de seus direitos a certificação e titulação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Segundo Maia e Marin (2014), os quilombolas de Burajuba esboçam uma força política no município por meio de sua associação como uma *unidade de mobilização* que, por laços de solidariedade, aglutina grupos em situações sociais diferenciadas de Bacarena. Nas sucessivas ações de expulsão praticadas pela CODEBAR, a comunidade liderava as manifestações nas vias públicas enfrentava polícia, e a associação conseguia aglutinar pessoas de outras comunidades para engrossar o movimento.

Depois de Burajuba, os quilombolas-indígenas dos sítios São João, Conceição e Cupuaçu retornaram também às terras às margens do rio Murucupi na década de 2010 e os quilombolas indígenas do Gibrié de São Lourenço, que nunca saíram, mas viram seu território ser recortado e diminuído, juntaram-se na luta pelo reconhecimento como quilombola. Este movimento conseguiu garantir em 2016 a Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares para todas estas comunidades, que enfrentam ainda muitos desafios, desde a sua coesão e organização

⁹ VOTORANTIM na fabricação de cimento, USIPAR na produção do ferro gusa, ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, BUNGE na fabricação de adubos, BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, TECOP, na produção de coque de petróleo, os portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja (NASCIMENTO; HAZEU, 2015). Previsão de um complexo industrial-portuário da CEVITAL e um porto da CARGIL.

interna a fim de garantir a afirmação legal de todos seus direitos, atraso na demarcação e ameaças de invasão de seus territórios¹⁰.

Outro exemplo de consciência do direito territorial pode ser expresso na organização da comunidade de Tauá, formada por pessoas que retornaram ao seu território em 2016, lugar de onde foram originalmente expulsas pelo Estado nos anos 1980. Tal território é objeto de ação judicial entre a empresa Hydro que se declara proprietária e os moradores. Em 2017 houve a execução da reintegração de posse, momento em que as duzentas e quarenta famílias que estavam morando lá foram retiradas (MENDES, 2017). Contudo, cento e oitenta famílias voltaram a ocupar o território alguns meses depois. Vivendo sob a ameaça de nova expropriação de suas terras tradicionais, as famílias que lá permanecem têm retomado suas práticas agrícolas anteriores como a instalação de roças, pequenas criações, coleta de frutos e outras atividades, garantindo assim sua reprodução social e reforçando a resistência pela permanência em seu território.

Na revisão do plano diretor urbano de Barcarena várias áreas onde as comunidades quilombolas e Tauá estão situadas mudaram de função, de áreas de proteção ambiental e de ocupação agrária foram transformadas em zona industrial e urbana, para possibilitar os futuros planos das empresas e deslegitimar a presença das comunidades quilombolas.

2.4 Tempo do enfrentamento direto às empresas

Historicamente a organização e mobilização social em Barcarena contra os impactos socioambientais e laborais gerados pelas empresas agregou trabalhadores e comunidades tradicionais. Um desses momentos representativos ocorreu no ano de 2016 quando uma articulação entre comunidades tradicionais, SINDIQUIMICOS, pesquisadores da Universidade Federal do Pará constituíram um fórum de articulações denominado Barcarena Livre. As primeiras inserções do Barcarena Livre indicam a formação de um movimento voltado à intervenção social que combina objetivos de afirmação de identidade tradicional, organização social para conquista de direitos, capacitação organizativa e formação política, procurando desenvolver conhecimentos, competências e métodos necessários à luta social. Nos anos 2016 e 2017 o Barcarena Livre funcionou com a participação de comunidades e sindicato articulando pautas e ações coletivas voltadas ao questionamento dos impactos socioambientais em Barcarena. Entretanto, uma nova disputa que envolve fortes resistências ocorreu em 2018, quando a empresa Alunorte, que transforma bauxita em alumina, provocou graves acidentes ambientais, colocando em risco a vida e permanência de várias comunidades ao redor das suas bacias de rejeitos de lama vermelha e ao longo dos rios e igarapés (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, 2018).

Os protestos gerados por esta situação se fundamentam na resistência baseada nos direitos territoriais das comunidades tradicionais e seus modos de vida, questionando não somente os impactos gerados pela poluição, mas até a legitimidade da presença das empresas poluidoras.

¹⁰ Em 2017 as comunidades quilombolas iniciaram o processo da elaboração de seus Protocolos de Consulta Prévia Livre e Informada, conforme a Convenção 169 da OIT. A primeira a ter seu protocolo elaborado foi Gibríe de São Lourenço.

Este posicionamento político e mobilizações de resistência apresentaram uma cisão nos movimentos de resistência contra o capital, entre as comunidades tradicionais que rejeitaram o modo de produção capitalista no seu território e os sindicatos dos trabalhadores das empresas que defenderam o emprego possibilitado pelo mesmo modo de produção. O sindicato dos trabalhadores do Alunorte, o Sindiquímicos, começou a se mobilizar a favor do emprego e a manutenção das operações da empresa, ressaltando a preocupação com as comunidades.

Acserald (2013) chama atenção para uma das estratégias usadas pelas empresas na sua imposição aos territórios locais – a chantagem locacional - ou seja, “[...] a ameaça de deslocalização dos empreendimentos com a colocação dos trabalhadores em situação de competição, não só no que diz respeito ao nível de seus salários, mas também aos direitos e condições normativas destinadas a assegurar proteção social e ambiental” (ACSERALD, 2013, p. 109). Tal competição, no caso de Barcarena, evidenciou a incompatibilidade entre as pautas das comunidades tradicionais, os trabalhadores, o Estado e as empresas. Estas posições evidenciam contradições nas lutas sociais, onde a luta da classe trabalhadora foca a garantia de emprego e condições de trabalho e até a posse coletiva dos meios de produção, enquanto comunidades tradicionais questionam as intrínsecas determinantes do modo de produção (capitalista, moderna e colonial) em relação a danos ambientais e sociais e a eliminação de outros modos de produção e modos de vida, defendidas pelas comunidades tradicionais.

3 À guisa de conclusão

Em que pesem tempos e espaços diferenciados, a organização e as lutas dos movimentos sociais em Barcarena estão ligados à denúncia da violência e destruição causada pelo capital e às estratégias de continuarem (re)existindo nos seus espaços em disputa territorial. Foi neste contexto de avanço da reestruturação produtiva e o protagonismo de grupos sociais, comunidades tradicionais e trabalhadores, que surgiram estratégias de resistência e formação de grandes experiências de mobilização que já duram quatro décadas.

O caso de Barcarena traz evidências claras de estratégias, práticas e padrões técnicos-espaciais de territorialização do capital onde, ao vigorar uma divisão internacional do trabalho, regiões ricas em recursos naturais ocupam posição de fornecedores de bens primários ao capital. Nesse sentido, Acserald (2013), ao refletir sobre as bases dos conflitos socioambientais, aponta a existência de divisão socioespacial da degradação ambiental, em que os danos ambientais da acumulação são destinados aos grupos sociais e étnicos dominados

“[...] – seja pela expropriação das bases territoriais de formas socioprodutivas não hegemônicas, seja pela deterioração das bases reprodutivas de grupos sociais que não se integram ao circuito do capital a não ser como consumidores forçados dos produtos invendáveis da atividade capitalista – a chamada poluição” ACSERALD, 2013, p. 105).

Observa-se, no caso de Barcarena, que o enfrentamento ao avanço do capital na violação dos direitos das comunidades tradicionais e dos trabalhadores, em que pese a diferença de suas pautas específicas e conflitos decorrentes, tinha se constituído em alguns momentos como força aglutinadora e fortalecimento da resistência local. Um fator explicativo pode estar no

fato de que muitos dos trabalhadores do complexo industrial eram membros de comunidades tradicionais ou migrantes que fizeram de Barcarena seu lugar de moradia. Nesse sentido, a sua dupla condição de lugar de pertencimento na luta (como morador, povo tradicional e trabalhador) lhe confere as condições de vivência da dupla violação de seus direitos, o que reforçava o sentimento da organização social e política nessas duas frentes.

A nova organização do trabalho pelas empresas transnacionais em Barcarena por meio de terceirização e a moradia fora de Barcarena de grande parte de seus funcionários tem enfraquecido esta solidariedade orgânica. Em 2013, dos 1.612 funcionários da Hydro, 717 (44,5%) não residiam em Barcarena (HAZEU, 2015), número que tende a aumentar com investimentos em vias e meios de transporte pendular entre Barcarena e municípios vizinhos.

As próprias contradições do modelo de desenvolvimento, pautado por Little (2004) de industrialização da selva, exportação de *commodities* e domínio do espaço pelas empresas transnacionais, tem apontado seus limites com a destruição do meio ambiente, a supressão de modos tradicionais de vida e a fragilidade na oferta de empregos nos países de periferia do sistema capitalista mundial.

Pode-se inferir que em diferentes fases ou etapas históricas da organização do movimento social local, as comunidades tradicionais e trabalhadores estiveram juntos em ações de mobilização social e de enfretamento direto às ações empresariais nos fóruns de discussão etc. No contexto da reestruturação produtiva, o protagonismo de comunidades tradicionais e trabalhadores possibilitaram forjar uma organização social e política que fortaleceu as estratégias de resistência frente ao avanço do grande capital na Amazônia.

Enquanto os movimentos das comunidades tradicionais focaram suas ações no Estado, a aliança com os sindicatos apresentava características de coexistência e cooperação, mas quando as comunidades tradicionais começaram a agir contra as empresas das quais os sindicatos representavam os interesses dos trabalhadores, ocorreu um conflito e separação que tanto questiona o projeto revolucionário dos sindicatos quanto apresentam os limites da coexistência de diferentes modos de produção num mesmo território.

Os dois movimentos de resistência, porém, têm bandeiras de luta diferentes a partir de sua inserção no sistema capitalista global. De um lado há a bandeira do emprego e do outro lado a bandeira do território. Os trabalhadores desterritorializados não sobrevivem sem emprego e as comunidades tradicionais não sobrevivem sem território, ambos dependentes de políticas sociais quando perdem a essência de meios de sobrevivência. Precisamos reconhecer que o trabalho empregado e o trabalho de autossustentação coexistem numa relação tensa no contexto à resistência ao capital e lutas sociais, mas que é necessário, com Harvey (2005, p. 144) “[...] cultivar assiduamente a conectividade entre lutas no interior da reprodução expandida e contra a acumulação por espoliação [...]” e “[...] reconhecer na acumulação por espoliação a contradição primária sem ignorar a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida” (HARVEY, 2005, p. 144).

Referências

ACSERALD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolábio Nueva Época**, Córdoba, n. 1, p. 105-123, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ. **Relatório da diligência realizada em Barcarena Hydro**. Belém, 23 fev. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006. 140 p.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília (DF), 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 15 jul. 2018.

CARMO, E. D. **O território educa e politiza na(s) Amazônia(s)**: os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

CRUZ, C. W. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de território: uma nova gramática das lutas sociais? *In*: ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRRJ/IPURR, 2013. p.119-176

FIALHO NASCIMENTO, N. S. **O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curuperé)**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1999.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. ; HAZEU, M. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288-301, 2005.

GODELIER, M. A parte ideal do real. *In*: GODELIER, M. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1984. p. 185-203.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2004.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1978.

MAIA, M. L. S.; MOURA, Edila A. Fa. Da farinha ao alumínio; os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, E.; MAIA, M. S. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1995. p. 223-260.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

MAIA, R. O. M., MARIN, R. E. A. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., Caxambu, 2014. **Anais [...].** Caxambu, 2014.

MARQUES, G. S. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007.

MENDES, C. Comunidades de Barcarena perderam terras, mas Hydro não paga indenizações. **Ver-o-fato**, 25 abr. 2017. Disponível em: <http://www.ver-o-fato.com.br/2017/04/comunidades-de-barcarena-lutam-na.html>. Acesso em: 13 maio 2018.

MORAES, M. R. L. de; FERREIRA NETO, P. S.; SILVA, J. G. C. da (org.). **Fortalecimento institucional e criação de espaço público: sistematização da experiência em Barcarena, Pará.** Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

PALHETA, R. P. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SANTIAGO, J. C. S. **Trabalho e capital na Amazônia Oriental: movimento operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albras-Alunorte.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

Marcel Theodoor HAZEU Concepção e delineamento do artigo, na pesquisa bibliográfica e observação participante, na análise e interpretação dos fatos, na redação do artigo e na revisão final.

Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutor em Ciências Socioambientais pela UFPA, Professor Adjunto I da Faculdade de Serviço Social da UFPA, Belém do Pará.

Solange Maria Gayoso da COSTA Concepção e delineamento do artigo, na pesquisa bibliográfica e observação participante, na análise e interpretação dos fatos, na redação do artigo e na revisão final. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutora em Ciências Socioambientais pela UFPA. Professora Adjunto IV da Faculdade de Serviço Social da UFPA, Belém do Pará.

Nádia Socorro FIALHO NASCIMENTO Concepção e delineamento do artigo, na redação do artigo e na revisão final.

Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistência na Amazônia/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Professora Associada II da Faculdade de Serviço Social da UFPA, Belém do Pará.
